



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Diretoria Executiva da Gestão de Bens, Serviços e Patrimônio – Dirsep
Rua Timbiras, 1802, Centro, Belo Horizonte - MG

ATA Nº 005/2008

PROCESSO n.º 379/08

LICITAÇÃO n.º 016/08 – Pregão Presencial

VALIDADE: até 26.05.2009

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos 27 dias do mês de maio de 2008, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, com sede em Belo Horizonte/MG, na Av. Afonso Pena nº 1420 e Rua Goiás nº 229, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 21.154.554/0001-13, nos termos do estabelecido pela Lei Federal nº 10.520, de 17.07.02, pelas Leis Estaduais nº 13.994, de 18.09.01, nº 14.167, de 10.01.02, pelos Decretos Estaduais nº 42.408 de 08.03.02, (alterado pelo Decreto nº 43.653/2003), nº 44.431, de 29.12.06(alterado pelo Decreto de nº 44.515, de 14.05.07), nº 43.652 de 12.11.03 (alterado pelo Decreto de nº 43.979, de 03.03.05), pela Lei Complementar nº123, de 14.12.2006, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21.06.93, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador **ORLANDO ADÃO CARVALHO**, a seguir denominado **TRIBUNAL**, resolve registrar os preços das empresas abaixo identificadas, a seguir denominadas simplesmente **FORNECEDORES**, observadas as disposições do Edital e as cláusulas deste instrumento.

FORNECEDORES:

LOTE 1 – Begumavi Mercantil Ltda. - ME, com sede na Rua Lauro Jaques, nº 72, Bairro Floresta, em Belo Horizonte/ MG inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.577.146/0001-92, neste ato representada pelo Sr. Perônio José Gonçalves, residente na Rua Dr. Michaeli nº 9, Bairro Paraíso, em Belo Horizonte/ MG, portador da Carteira de Identidade n.º MG 516.930 e CPF n.º 140.720.256-15;

LOTE 2 – Papelaria Paper Box Ltda- EPP, com sede na Av. do Contorno, nº 6582, Bairro Funcionários, em Belo Horizonte/MG, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º64.243.538/0001-00, neste ato representada por seu procurador, Sr. Rafael Christian Soares Marcelino, residente na Rua Teodoro dos Reis, nº 55-A,



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Bairro Novo São Marcos, em Belo Horizonte/MG, portador da Carteira de Identidade n.º MG 13.456.051 e CPF n.º 065.798.886-36;

LOTE 3 e 4 – Cimapel Comércio de Material de Escritório Ltda- EPP, com sede na Rua Vigário Albernaz, nº 965 Bairro Vila Gumerindo, em São Paulo/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 09.153.233/0001-07, neste ato representada pela Sra. Denise Maria Santos, residente na Rua João de Deus Tavares, nº 280, em Belo Horizonte/MG, portadora da Carteira de Identidade n.º M 6313210 e CPF n.º 88402797687;

LOTES 5 e 6 – Salenas Materiais para Escritório Ltda - ME , com sede na Rua Namé, n.º 236, no Bairro Vila Ré, em São Paulo/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 07.065.674/0001-13, neste ato representada por seu procurador Sr. Fabiano Bezerra dos Santos, residente na Trav. Domingos Cubas nº 23, Bairro Vila Araguaia, São Paulo/SP, portador da Carteira de Identidade n.º 41.734.954-3 e CPF n.º 335.914.178-40.

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de Artigos para Escritório – lápis, canetas e pincéis – Ata 005/08, especificados no Anexo I do Edital e proposta da Contratada apresentada à Licitação 016/2008 – Pregão Presencial.

1.1. Este instrumento não obriga o Tribunal a adquirir os produtos nele registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens, obedecida a legislação pertinente, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência.

DOS PREÇOS

CLÁUSULA SEGUNDA. Os quantitativos, marcas, preços e fornecedores registrados encontram-se relacionados no Anexo I desta Ata.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA TERCEIRA. A vigência desta Ata será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura e os preços registrados vigorarão para Autorizações de Compra assinadas pelo fornecedor até o dia 26.05.09 , nos termos do art. 4º, *caput*, do Decreto 43.652/2003.



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

DO GERENCIAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA QUARTA. O gerenciamento deste instrumento caberá à Gerência de Compra de Bens e Serviços, para avaliar o mercado constantemente, promover as negociações necessárias ao ajustamento do preço e publicar trimestralmente os preços registrados.

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

CLÁUSULA QUINTA. O Tribunal fará as aquisições mediante a convocação do fornecedor para, no prazo de 03 (três) dias úteis, assinar a Autorização de Compra.

5.1 Se o fornecedor recusar-se a assinar a Autorização de Compra, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitados as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

DO LOCAL E PRAZO DE ATENDIMENTO

CLÁUSULA SEXTA. O prazo de entrega, para cada aquisição, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho pelo fornecedor, será de até **20 (vinte) dias úteis**.

6.1 Local e horário para entrega: Coordenação de Controle de Material de Consumo-COMAT, situada na Av. do contorno nº 629, Bairro Floresta, Belo Horizonte/MG, no horário de 8:30 às 11:30 horas e de 12:30 às 16:30 horas.

6.1.1. O fornecedor deverá agendar as entregas dos materiais na COMAT, através dos telefones (31)3237-6332 e 3237-6324, sob pena de não recebimento imediato das mercadorias na chegada das mesmas ao endereço supracitado.

DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

CLÁUSULA SÉTIMA. Os materiais serão recebidos na forma prevista no art. 73, inciso II da Lei federal nº 8.666/93.

7.1 O recebimento provisório do objeto da licitação não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução.

7.1.1. O recebimento provisório dar-se-á se satisfeitas as seguintes condições:



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

- a) devidamente embalados, acondicionados e identificados;
- b) quantidades em conformidade com o estabelecido na Nota de Empenho;
- c) no prazo, local e horário de entrega previstos neste Edital;
- d) de acordo com as especificações técnicas e amostras apresentadas e aprovadas.

7.1.2. O recebimento definitivo dos bens dar-se-á após:

- a) verificação física para constatar a integridade dos mesmos;
- b) verificação da conformidade com as quantidades e especificações constantes deste Edital, estando as amostras aprovadas.

7.2 Satisfeitas as exigências anteriores, lavrar-se-á Termo de Recebimento Definitivo, que poderá ser substituído pelo ateste no verso da Nota Fiscal, efetuado por servidores da Gerência de Suprimento de Controle Patrimonial.

7.3 Caso insatisfatórias as condições de recebimento, será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto rejeitado ser substituído no prazo de 08 (oito) dias, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas.

7.4 Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará o fornecedor incorrendo em atraso na entrega e sujeita a aplicação das sanções previstas neste Edital.

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

CLÁUSULA OITAVA. Constituem obrigações:

8.1. DO TRIBUNAL

8.1.1 Permitir o acesso do representante ou empregado do fornecedor ao local da entrega desde que devidamente identificado.

8.1.2 Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais.

8.1.3 Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nesta ata.

8.1.4 Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

8.2. DO FORNECEDOR



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

8.2.1 Entregar os produtos de acordo com as especificações exigidas no Edital e em consonância com a proposta respectiva, bem como cumprir o prazo de entrega e as quantidades constantes da Autorização de Compra, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula estabelecida nesta Ata.

8.2.2 Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento;

8.2.3 Substituir, no prazo de 08 (oito) dias e sem ônus para o Tribunal os produtos devolvidos em razão de divergências entre o material entregue e as especificações contidas nesta Ata ou, quando for o caso, a amostra apresentada, sujeitando-se, ainda, às sanções cabíveis.

8.2.4 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Tribunal, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao Tribunal, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da Autorização de Compra.

8.2.5 Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

8.2.6 Aceitar nas mesmas condições deste instrumento, os acréscimos que se fizerem nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade do material estimado no Anexo I deste Edital, de acordo com o art. 65, §1º da Lei federal nº 8.666/93, não sendo necessária a comunicação prévia do Tribunal;

8.2.7 Comunicar imediatamente ao Tribunal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência.

8.2.8 Indenizar terceiros e/ou o Tribunal, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

8.2.9 Manter, durante a vigência desta Ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.

8.2.10 Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento dos materiais, inclusive frete, seguro, cargas e descargas desde a origem até sua entrega no local de destino;



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

DO PAGAMENTO

CLÁUSULA NONA. O Tribunal pagará aos fornecedores o valor unitário registrado por item multiplicado pela quantidade solicitada, que constará da Autorização de Compra e da Nota de Empenho.

9.1. No preço unitário estão incluídos todos os impostos, taxas e encargos sociais, além das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, e das despesas com transportes, as quais correrão por conta dos fornecedores.

9.2. Para cada Autorização de Compra, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal, com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação e conseqüentemente lançado nesta Ata.

9.3. O fornecedor apresentará a Nota Fiscal na Coordenação de Controle de Material de Consumo - COMAT, acompanhada dos originais das certidões de débito junto ao INSS, FGTS e Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (válidas e regulares).

9.4. O pagamento será depositado na conta bancária do fornecedor até o 5º dia útil após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo ou o ateste no verso da Nota Fiscal.

9.5. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais ou junto ao cadastro, o Tribunal comunicará ao fornecedor para que regularize a situação.

9.5.1. Na hipótese prevista no subitem 9.5, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, devidamente regularizados.

9.6. O Tribunal se reserva o direito de descontar do pagamento os eventuais débitos do fornecedor, inclusive os relacionados com multas, danos e prejuízos contra terceiros.

9.7. Não serão pagos os materiais fornecidos em desacordo com as especificações que integram esta Ata.

DAS ALTERAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

10.1. Se o preço inicialmente registrado tornar-se superior ao praticado no mercado, o Tribunal negociará com o fornecedor sua redução.

10.2. Se o preço de mercado tornar-se superior ao registrado, o fornecedor, antes de ser convocado a assinar a Autorização de Compra, poderá requerer, por escrito, o cancelamento do registro, devendo anexar ao requerimento comprovantes, como exemplo notas fiscais de aquisição de matérias-primas e lista de preços de fabricantes, de que não é possível cumprir as exigências da Ata de Registro de preços.

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. A presente Ata ou o registro de fornecedor específico poderá ser cancelado de pleno direito nas seguintes situações:

11.1. Pelo Tribunal:

- a) quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
- b) quando o fornecedor não assinar a Autorização de Compra no prazo estabelecido;
- c) quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa do contrato decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVII do art. 78 da Lei federal nº 8.666/93;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aos praticados no mercado;
- e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pelo Tribunal.

11.2. Pelo Fornecedor:

- a) mediante solicitação por escrito, antes do pedido de fornecimento, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços;
- b) mediante solicitação por escrito, na ocorrência de fato superveniente, decorrentes de caso fortuito ou força maior.

11.3. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.4. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no caderno II do Jornal "Minas Gerais", por duas vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

11.5. A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Tribunal, facultando-se a este a aplicação das sanções previstas nesta Ata.

11.6. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do fornecedor, relativas ao fornecimento dos itens.

11.7. Ocorrendo rescisão contratual na forma do inciso I, do art. 79, da Lei federal nº 8.666/93, o Tribunal adotará as medidas ordenadas pelo art. 80, do mesmo diploma legal.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. Pela inexecução total ou parcial da Autorização de compra, garantida a ampla defesa, a Contratada ficará sujeita às seguintes sanções:

12.1 – Ficarão impedidos de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Minas Gerais, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas e demais cominações legais, nos termos do art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93, do art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02, do art. 12 da Lei Estadual nº 14.167/02 e do art. 18 do Decreto Estadual nº 44.431/06 (alterado pelo Decreto de nº 44.515, de 14.05.2007), o licitante que:

- a) convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata ou autorização de Compra, deixar de apresentar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa;
- b) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- c) não mantiver a proposta;
- d) falhar ou fraudar a execução da Ata ou Autorização de Compra;
- e) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

12.2 – Pela inexecução total ou parcial da Ata ou da Autorização de Compra, garantida a ampla defesa, a Contratada ficará sujeita às seguintes sanções:

- a) advertência, por escrito, informando à contratada sobre o descumprimento de quaisquer obrigações assumidas e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;
- b) multa, observados os seguintes limites:
 - b.1) 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado;



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

b.2) 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega do objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.

c) suspensão temporária de participar em licitações promovidas pelo Tribunal e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual, nos termos do art. 6º da Lei nº 13.994/2001 e demais disposições correlatas;

d) declaração de inidoneidade, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93 e do inc. IV do art. 18 do Decreto Estadual nº 44.431/06 (alterado pelo Decreto de nº 44.515/07).

12.3 – A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste edital.

12.4 – O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido pela Contratada, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da notificação da sanção, sob pena de ser descontado da garantia prestada ou do pagamento eventualmente devido pela Administração.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar a Autorização de compra decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

13.1. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Tribunal, através da Gerência de Compra de Bens e Serviços-GECOMP.

13.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

13.3. As aquisições adicionais de que trata o subitem 13.2 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13.4. Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão a este Registro de Preço.



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA. As partes elegem o foro da Comarca de Belo Horizonte para dirimir dúvidas ou litígios eventualmente emergentes em decorrência desta Ata.

E por estarem assim ajustadas, as partes assinam a presente Ata.

Belo Horizonte, 27 de maio de 2008.

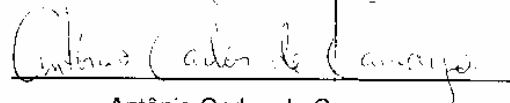

Desembargador Orlando Adão Carvalho
Presidente

Pelos Fornecedores:

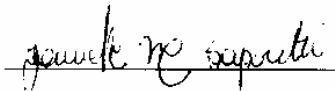

Perônio José Gonçalves
Begumavi Mercantil Ltda.


Rafael Christian Soares Marcelino
Papelaria Paper Box Ltda.


Denise Maria Santos
Cimapel Comércio de Material de Escritório Ltda.


Antônio Carlos de Camargo
Salenas Materiais para Escritório Ltda.

Testemunhas:

 63186

 37887

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

ANEXO I DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

QUANTITATIVO, MARCAS, PREÇOS E FORNECEDORES

(a que se refere a cláusula segunda da Ata de Registro de Preços 005/08)

LOTES	ITEM	UN	ESPECIFICAÇÕES	PREÇO UNITÁRIO	MARCA	FORNECEDOR
1	1.1	240.000	UMA Caneta esferográfica, escrita média, azul, traço médio, corpo transparente sextavado, com protetor plástico entre a carga e o corpo da caneta. Comprimento total mínimo do corpo da caneta de 13,5cm. Comprimento mínimo da carga (com o bico) de 11,5cm.	0,20	Unipen	Begumavi Mercantil Ltda
	1.2	100.000	UMA Caneta esferográfica, escrita média, preta, traço médio, corpo transparente sextavado com protetor plástico entre a carga e o corpo da caneta. Comprimento total mínimo do corpo da caneta de 13,5cm. Comprimento mínimo da carga (com o bico) de 11,5cm.	0,20	Unipen	Begumavi Mercantil Ltda
	1.3	30.000	UMA Caneta esferográfica, escrita média, vermelha, traço médio, corpo transparente, sextavado com protetor plástico entre a carga e o corpo da caneta. Comprimento total mínimo do corpo da caneta de 13,5cm. Comprimento mínimo da carga (com o bico) de 11,5cm.	0,20	Unipen	Begumavi Mercantil Ltda
2	2.1	16.002	UMA Caneta Hidrocor, azul, traço médio, corpo com comprimento mínimo de 13,0cm. HIDROGRÁFICA	0,37	Nec Pen Compactor	Papelaria Paper Box Ltda
	2.2	16.002	UMA Caneta Hidrocor, preta, traço médio, corpo com comprimento mínimo de 13,0 cm. HIDROGRÁFICA	0,37	Nec Pen Compactor	Papelaria Paper Box Ltda

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

2.3	12.000	UMA	Caneta Hidrocor, vermelha, traço médio, corpo com comprimento mínimo de 13,0cm, HIDROGRAFICA	0,37	Neo Pen Compactor	Papelaria Paper Box Ltda
3	40.002	UM	Caneta Marca Texto, traço médio, na cor amarela, comprimento mínimo do corpo da caneta de 12,0cm	0,35	Office Dealer	Cimapel Comércio de Material de Escritório Ltda
4	2.400	UM	Lápis borracha, apontado em madeira, corpo com comprimento total mínimo de 13,0cm	0,51	Labra	Cimapel Comércio de Material de Escritório Ltda
5	60.000	UM	Lápis nº 2, preto, apontado, corpo com comprimento total mínimo de 16,5cm, pintados de 12 em 12 unidades, embalados em caixa de 144 unidades	0,10	Cis	Salenas Materiais para Escritório Ltda
6	16.002	UM	Pincel Atômico, ponta fina, azul, corpo com comprimento mínimo de 11,5cm, hidrográfico	0,39	Concept	Salenas Materiais para Escritório Ltda
	16.002	UM	Pincel Atômico, ponta fina, preto, corpo com comprimento mínimo de 11,5cm, hidrográfico	0,39	Concept	Salenas Materiais para Escritório Ltda
	10.002	UM	Pincel Atômico, ponta fina, vermelho, corpo com comprimento mínimo de 11,5cm, hidrográfico	0,39	Concept	Salenas Materiais para Escritório Ltda